

NOTÍCIAS

313 | Fevereiro 2025 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico



©European Union, 2025

Promessa da presidente da Comissão Europeia para os primeiros 100 dias do seu novo mandato, foi apresentada a 19 de fevereiro, a «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar», proposta como um roteiro para a prosperidade do setor agrícola e agroalimentar da União Europeia.

Dirigindo-se aos agricultores, Ursula von der Leyen, elogiou o “árduo trabalho diário” que permite que todos tenham “alimentos seguros e de elevada qualidade”, enquanto eles “enfrentam desafios crescentes resultantes da concorrência mundial e das alterações climáticas. Por isso, apresentámos esta estratégia abrangente para tornar a agricultura mais atrativa, mais resiliente e mais sustentável”. Considerado um documento “ambicioso” pela própria Comissão, ele deve ser capaz de estabelecer as bases de um “sistema agroalimentar atrativo, competitivo, resiliente, orientado para o futuro e justo para as gerações atuais e futuras de agricultores e operadores do setor agroalimentar”, sublinha o comunicado de imprensa divulgado por Bruxelas.

Em destaque, e como pré-requisitos das ações delineadas no documento, surgem a simplificação das políticas e o reforço da inovação e da digitalização, comprometendo-se a Comissão a

apresentar, no final de 2025, um pacote de propostas legislativas especificamente destinadas a estas áreas, juntamente com uma estratégia digital da UE para a agricultura, a fim de apoiar a transição para uma agricultura preparada para a digitalização.

A Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar enuncia quatro áreas prioritárias:

- Um setor atrativo
- Um setor competitivo e resiliente
- Um setor preparado para o futuro
- Condições de vida e de trabalho justas nas zonas rurais.

Já a pensar nas negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (pós-2027), a Comissão garante que sobre a mesa estará uma “PAC mais simples e, sobretudo, direccionada para os agricultores que se dedicam ativamente à produção alimentar, centrando-se especialmente nos jovens agricultores e nos agricultores que desenvolvem a sua atividade em zonas com condicionantes naturais. Será privilegiada uma abordagem baseada em incentivos, mais do que na condicionalidade” assinala o comunicado oficial.

Índice

- Federação Açores reivindica apoios iguais
- CAP no Grupo Acompanhamento do Biometano
- Presidente interpela comissária do Ambiente
- Concurso Tree of the Year 2025
- CAP recebe delegação da Sérvia
- Milho atento à instabilidade dos mercados
- Alterada Lei de Estrangeiros para membros CPLP
- Inacreditável mudança no apoio a hortícolas
- IVV e AT assinam protocolo
- Parlamento recomenda proteção de baldios
- UNAC lança plataforma com preços florestais
- Portugal Sou Eu | Lipor é finalista do Prémio Nacional de Agricultura 2024

& dito & escrito

“Fizemos uma campanha eleitoral muito dura. Agora vamos conversar uns com os outros. E o mais importante é restabelecer um governo fiável.”

Friedrich Merz
 Líder da CDU, futuro chanceler alemão
 Discurso da vitória eleitoral na Alemanha
 Diário de Notícias, 24/02/2025

“Descobri que tinha aqui um botão que permite cortar o microfone. Fui eu que cortei o microfone a André Ventura e agora a Fabian Figueiredo. Ficam a saber que assim será no futuro.”

José Pedro Aguiar Branco
 Presidente da Assembleia da República
 TSF, 19/02/2025

“Quero anunciar que a Comissão [Europeia] é favorável à proposta que prevê um pacote de medidas específicas para o setor vitivinícola, com algumas respostas imediatas, sem esperar pela reforma da PAC.”

Christophe Hansen
 Comissário Europeu da Agricultura
 Agência EFE, 11/02/2025

“Quando há muitas manchetes e histórias de primeira página sobre imigração, a preocupação das pessoas com a imigração aumenta e há uma interação entre esses fatores.”

Bobby Duffy
 King’s College de Londres
 Autor do livro «Os perigos da Percepção»
 Expresso, 07/02/2025

CAP adere à WFO: Organização Mundial de Agricultores

Arnold Puech d’Alissac e Álvaro Mendonça e Moura encontraram-se em Bruxelas para uma reunião de trabalho na qual se destacou a importância de reforçar uma colaboração mais próxima e mais global no setor agrícola.

Na sequência do encontro dos presidentes da WFO (World Farmers’ Organisation) e da Confederação dos Agricultores de Portugal, a CAP formalizou a sua adesão a esta relevante organização internacional.

A WFO é uma organização que



reúne agricultores de todo o mundo, promovendo a cooperação, a troca de conhecimento e a defesa dos interesses do setor agrícola a nível global. A sua missão é representar os agricultores em fóruns internacionais, como as Nações Unidas e outras instituições multilaterais, abordando questões como segurança alimentar, sustentabilidade, mudanças climáticas e inovação no setor agrícola.

(Continua na página 3)

Campanha começou em 17 de fevereiro

O IFAP anunciou que o prazo para apresentação de candidaturas ao Pedido Único (PU), na Campanha 2025, decorrerá entre 17 de fevereiro e 15 de maio.

A CAP recomenda a todos os agricultores que verifiquem previamente se a sua Informação de Beneficiário (IB) e da sua Exploração, nomeadamente as suas parcelas (SIP) e os seus animais (SNIRA), se aplicável, está atualizada nas bases de dados do IFAP. É nosso conselho que entregue o seu pedido o mais cedo possível, evitando os congestionamentos no final do prazo e as eventuais penalizações por entrega tardia.

Para mais informações consulte o Portal do IFAP.



CAP integra Grupo de Acompanhamento do Plano Nacional para o Biometano

©Mário Martins, GENIA Bioenergy

O XXIV Governo anunciou a constituição do Grupo de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação para o Biometano (GAC-PAB) “com o objetivo de acompanhar e coordenar a sua implementação”, que será constituído por 26 representantes de várias entidades, e terá até ao final de 2026 para concluir os trabalhos.

O Plano assenta em 20 linhas de ação, destinadas a promover a utilização de biogás e biometano provenientes de resíduos, no esforço nacional de descarbonização dos consumos energéticos.

Numa primeira fase, até 2026, estão previstas medidas para iniciar a produção e o fornecimento do gás renovável, principalmente a partir de resíduos urbanos e de unidades de produção no setor agropecuário e agroindustrial. Na segunda fase, entre 2026 a 2040, estão previstas medidas de médio prazo centradas na consolidação do mercado e no aumento da escala de produção de biometano.

Entre as funções do Grupo estão a identificação de instrumentos regulamentares e económico-financeiros de apoio à produção de biometano; a avaliação das necessidades infraestruturais, em especial as ligações à rede de transporte de gás para injeção de biometano, a definição de metas específicas, incluindo de incorporação de biometano na rede pública de gás.

O Grupo tem a coordenação do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) e, do lado do executivo, conta com representantes dos Ministérios da Economia, Ambiente e Energia, bem como da secretaria de Estado da Energia, do Ambiente, Agricultura e Florestas.

Integra também representantes de diversas entidades, como sejam:

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG),
- Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE),
- Agência para a Energia (ADENE),
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA),
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR),
- Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV),
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP),
- Grupo Águas de Portugal (AdP),
- Redes Energéticas Nacionais (REN)
- Associação Portuguesa de Produtores de Bioenergia (APPB),
- Associação Bioenergia Avançada (ABA)
- Confederação Empresarial de Portugal (CIP)
- Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).

Até maio, deve ser apresentado um cronograma detalhado para as linhas de ação previstas no Plano Nacional para o Biometano, “incluindo priorização de medidas, distribuição de competências pelas entidades representadas e identificação de recursos necessários para a sua concretização”. Até 31 de dezembro de 2026, será apresentada uma proposta de revisão do Plano de Ação para o Biometano, data em que o Grupo cessará as suas funções.

UNAC lança plataforma com preços de produtos florestais

A União da Floresta Mediterrânica anuncia a disponibilização de uma plataforma com informações relevantes sobre a comercialização da cortiça, pinha e madeira. Desde 2011 que a UNAC dispõe de um conjunto de dados inéditos que permitem traçar um retrato atualizado dos mercados florestais, construído com base em informação recolhida diretamente no terreno, a partir de inquéritos periódicos feitos junto dos proprietários.

Toda esta informação está agora disponível online, de forma gratuita, sistematizada, visual e interativa, que facilita o acompanhamento da evolução e das tendências do mercado. A plataforma



permite aos utilizadores a personalização das consultas realizadas, cruzando ano e local de produção com diversos indicadores onde se incluem quantidades, preços e modelos de comercialização.

Exclusivamente para sócios das associações filiadas na UNAC, a plataforma dispensa o «Mercado na Hora» com acesso através da Área Reservada.

A consultar em: plataformaprecos.unacdigital.pt



Parlamento recomenda proteção de baldios

A Resolução nº 32/2025 da Assembleia da República recomenda ao Governo medidas de proteção dos baldios e de apoio aos agricultores.

O Diário da República nº 33/2025, Série I, de 17/02/2025 publicou o diploma da Assembleia da República que promove a revisão dos critérios de elegibilidade das áreas de baldio e a correção na classificação de áreas, entre outras disposições.

A Resolução nº 32/2025 recomenda ao Governo que:

1. Promova a revisão dos critérios de elegibilidade nas áreas de baldio, através de um procedimento alargado de participação que, tendo em conta as especificidades do território, valorize as áreas florestais e de conservação do baldio e corrija situações na classificação de áreas de pastoreio como superfície florestal de vegetação e áreas

improdutivas, deixando de ser elegíveis para os apoios.

2. Simplifique os procedimentos ao dispor dos agricultores para a confirmação das áreas elegíveis para apoios, permitindo a utilização de novas ferramentas de verificação e comunicação com as autoridades competentes e garantindo celeridade na resposta aos agricultores.
3. Promova, no âmbito europeu, uma discussão com vista a reavaliar novas medidas do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum de Portugal, que visem não apenas fomentar medidas compensatórias para as comunidades locais, mas também recuperar medidas existentes que alargavam a elegibilidade dos baldios a ecorregimes e a outras utilizações, como a conservação de corredores ecológicos ou a renaturalização de manchas florestais.

IVV e Autoridade Tributária assinam protocolo

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e o Instituto da Vinha e do Vinho assinaram um Protocolo de cooperação em que passam a partilhar informações referentes às declarações eletrónicas. No âmbito deste, a Autoridade Tributária irá disponibilizar ao IVV a informação referente às declarações eletrónicas associadas ao transporte dos

produtos vitivinícolas no território continental.

Estas declarações reportar-se-ão aos movimentos com origem ou destino em outro Estado-Membro ou país terceiro e aos trânsitos nacionais, registados na plataforma eletrónica da Autoridade Tributária. A informação partilhada entre as duas entidades abrange os elementos constantes do

Documento de Acompanhamento eletrónico (e-DA), do Documento de Acompanhamento Simplificado eletrónico (e-DAS) e da Declaração de Introdução no Consumo eletrónico (e-DIC).

O IVV considera os dados agora disponibilizados pela AT como da maior relevância para a prossecução das suas atribuições, nomeadamente na sua missão de

coordenação e acompanhamento do setor vitivinícola.

O Instituto vê assim reunidas as condições para o desenvolvimento de ferramentas informáticas de integração de dados e do cruzamento de informação, as quais irão contribuir para uma melhor rastreabilidade dos produtos do setor vitivinícola em Portugal.



A adesão da Confederação à WFO (World Farmers Organization) representa um marco significativo para a agricultura portuguesa, permitindo:

- **Representação Global:** Dar voz aos agricultores portugueses em debates internacionais sobre políticas agrícolas e sustentabilidade.
- **Acesso a Conhecimento e Inovação:** Partilhar e adquirir boas práticas e inovações de outros países membros.
- **Fortalecimento da Sustentabilidade:** Contribuir para soluções globais em desafios como as alterações climáticas e a segurança alimentar.

A reunião permitiu agendar um encontro em Portugal, no mês de setembro, assegurando a participação da WFO na Agroglobal 2025,

que se realizará entre 9 e 11 de setembro, no CNEMA, em Santarém. O evento será uma oportunidade única para Portugal acolher líderes agrícolas de todo o mundo, reforçando o papel da CAP como um ator relevante no cenário agrícola internacional. A adesão à WFO sublinha o compromisso da CAP em promover a modernização, a sustentabilidade e a competitividade da agricultura portuguesa, alinhando-se com os desafios e oportunidades globais do setor.

MENDONÇA E MOURA QUESTIONA COMISSÁRIA DO AMBIENTE

Durante a sua deslocação a Bruxelas, o presidente da CAP também participou no

Conselho de Presidentes do COPA (Comité das Organizações Profissionais Agrícolas), no qual esteve presente a comissária Jessica Roswall, responsável pelas áreas do Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular.

Álvaro Mendonça e Moura dedicou a sua intervenção à apresentação dos desafios que enfrentam os agricultores portugueses face às alterações climáticas e à gestão sustentável dos recursos hídricos. O responsável assinalou que a redução da precipitação aliada à sua concentração em períodos curtos, tem causado graves impactos na agricultura e na gestão sustentável da água.

O presidente da CAP questionou a comissária sobre a intenção de rever, durante o seu mandato, os regulamentos que impedem os agricultores e os Estados-Membros de desenvolverem infraestruturas para o aprovisionamento de água, sublinhando que "actualmente, a maior parte da água da chuva escoo para o mar, sem ser retida para utilização nos períodos de maior necessidade."

A comissária Roswall afirmou abertura ao diálogo e a "rever todas as regras que não estejam em vigor por boas razões", permitindo ao líder da CAP retorquir que, infelizmente, "regras existem que não podem estar por boas razões, pois apenas dificultam a vida dos agricultores e dos Estados-Membros."

A CAP vai continuar a promover o diálogo com as instituições europeias para garantir que as políticas e os regulamentos sejam ajustados às realidades e necessidades do setor agrícola, especialmente no contexto das alterações climáticas e da gestão sustentável dos recursos hídricos.



A CAP está perplexa com o tempo e o modo como o Ministério da Agricultura decidiu reduzir drasticamente os apoios às culturas hortícolas conduzidas em regime de sequeiro, no âmbito do Pedido Único.

Quanto ao tempo, porque esta decisão de redução ocorre em pleno ano agrícola, com as sementeiras (que implicam investimentos) já feitas ou em curso. Ou seja, cinco meses depois de se iniciar o ano agrícola e de os agricultores terem tomado as suas decisões de quais as culturas a realizar, o Governo altera de forma substancial as regras de apoio que, por exemplo no caso da Produção Integrada, pode ser até 12 vezes inferior. Isto não é aceitável. Se queremos modernizar a agricultura a primeira condição é previsibilidade. Uma agricultura moderna, como qualquer outra atividade económica, exige previsibilidade regulamentar. Quanto ao modo, porque esta é uma medida tomada sem qualquer diálogo ou auscultação do setor. Não houve o menor cuidado em ouvir os representantes dos agricultores. Os organismos do Ministério não podem tomar decisões com estas implicações sem prévia auscultação dos representantes dos agricultores e infelizmente não é a primeira vez que tal sucede nos últimos tempos, como a CAP tem vindo a alertar o ministro da Agricultura. Os responsáveis destes organismos não podem continuar impunemente a decidir a seu bel-prazer, mas a responsabilidade última pelo funcionamento do Ministério é do próprio ministro da tutela.

Esta situação é grave e configura uma quebra de confiança na capacidade de os governantes assegurarem estabilidade e previsibilidade financeira nas políticas do Ministério. O que hoje é, amanhã deixa de ser, sem aviso ou negociação. A CAP não pode aceitar uma mudança de regras a meio do jogo, e exige ao Governo que corrija a situação e que encontre uma solução que honre as expectativas criadas e que a torne pública o mais rápido possível, pois está a decorrer o período de candidaturas aos apoios anuais da PAC.

Comunicado CAP, 20/02/2025



Mais de 600 pessoas assistiram ao 12º Colóquio Nacional, evento da ANPROMIS em momento de particular incerteza dos mercados mundiais decorrente da política protecionista da nova administração dos Estados Unidos da América. Com um produto particularmente sensível às oscilações mundiais, o encontro reflectiu a apreensão de um sector que importa 80% deste cereal, e que nos últimos anos teve de lidar com a pandemia e depois com a guerra na Ucrânia. "A disrupção provocada pela administração americana, em paralelo com o que já vinha acontecendo com a guerra na Ucrânia, representam dois fatores muito desestabilizadores da ordem mundial, em particular numa commodity como é o milho", afirmou Jorge Neves, presidente da Associação

Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo, organizadora do evento. A dependência de "países que estão no centro do furacão", aumenta o receio do "impacto que vai afetar, direta e indiretamente, os produtores de milho e os agricultores portugueses no geral", assinalou o dirigente. Em 2022, a situação no Leste obrigou Portugal a procurar novos mercados de importação, nomeadamente na América do Sul, mas o presidente da ANPROMIS receia que "face à imposição de tarifas, também a China procure fornecedores fora dos Estados Unidos, e o Brasil parece a opção mais óbvia". A realização do Colóquio surge num momento propício para o sector avaliar e antecipar decisões perante a escalada de instabilidade que se irá sentir nos mercados internacionais.

Alteração na Lei de Estrangeiros para cidadãos de Estados da CPLP



Foram publicados dois diplomas referentes à regulação da presença de estrangeiros, cidadãos de Estados-Membros da CPLP no território nacional.

A Lei n.º 9/2025, de 13 de fevereiro, altera a Lei n.º 23/2007 que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, procedendo à execução no ordenamento jurídico interno do Regulamento (UE) 2017/2226, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2017, e modificando a validade temporal das autorizações de residência a cidadãos de Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Também a Portaria n.º 36/2025/1, de 13 de fevereiro, revoga a Portaria n.º 97/2023 que aprovou o modelo de título administrativo de residência, no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e determina a verificação do registo criminal do país de origem na renovação e substituição dos títulos emitidos.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, e é constituída por nove Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



CAP recebe Delegação da Sérvia

A CAP recebeu a visita de um grupo de delegados da Sérvia, numa iniciativa promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o apoio da União Europeia. A Delegação Tripartida Sérvia incluiu representantes do Conselho Económico e Social Sérvio e da Agência Nacional Sérvia para a Resolução de Conflitos Laborais, que foram acompanhados por funcionários da

OIT Sérvia e OIT Lisboa.

A visita à Confederação dos Agricultores de Portugal está inserida num projeto de cooperação técnica de reforço do diálogo social naquele país, no quadro da adesão à União Europeia. Estes contactos internacionais possibilitam, por exemplo, um maior conhecimento das responsabilidades laborais para com as profissões enquadradas na atividade agrícola, como sejam as exigências crescentes das regras de saúde e segurança no trabalho.

A Sérvia apresentou o pedido de adesão à União Europeia em dezembro de 2009, tendo-lhe sido concedido o estatuto de "país candidato" em março de 2012. As negociações de adesão começaram em janeiro de 2014 e continuam a bom ritmo, nomeadamente através do contacto com outros Estados-membros.



Federação dos Açores reivindica apoios iguais

O ministro da Agricultura admitiu que o Governo de António Costa "discriminou" os agricultores do arquipélago na atribuição de apoio para mitigar os impactos da guerra na Ucrânia.

De visita ao espaço da Marca Açores na Feira Agroalimentar "Lisbon Food Affair", realizado na capital no início de fevereiro, José Manuel Fernandes referiu o apoio ao gasóleo agrícola, uma das ajudas extraordinárias atribuídas para reduzir o efeito da subida generalizada dos custos de produção, do qual beneficiaram os agricultores do território continental. Por contraponto, o ministro referiu que o

Orçamento de Estado do actual Governo prevê transferências para o POSEI de 16 milhões de euros.

Jorge Rita, presidente da Federação Agrícola dos Açores considerou "positivo" este reconhecimento público, e sublinhou "a importância de alocar estas verbas a todos os agricultores da região, que não foram contemplados, no pacote anterior, a nível nacional."

O representante da Federação Agrícola dos Açores deixou como desafio um entendimento entre o Governo dos Açores e o Governo da República, para que as ajudas sejam pagas, sem excepção, a todos os agricultores açorianos, para que possam ser devidamente compensados, "e não através dos rateios do POSEI, uma vez que estes já têm definida a comparticipação do Orçamento Regional."



Concurso Tree of the Year 2025

Apesar de só conhecermos a Árvore Europeia de 2025 no mês de março, é em fevereiro que decorre a votação online do concurso Tree of the Year a que se apresentam candidatas de 15 países, entre os quais, Portugal.

O nosso país é representado pela Figueira dos Amores, uma Figueira da Austrália (*Ficus macrophylla*) existente nos jardins da Quinta das Lágrimas,

em Coimbra.

Plantada no século XIX por um aristocrata colecionador de árvores, fruto de troca de sementes com o Jardim Botânico de Sydney, a Figueira dos Amores é considerada um património vivo e atrai anualmente milhares de visitantes que se encantam com a imponência dos seus ramos, tronco e raízes.

A árvore que pode ser vista junto à Fonte dos Amores, cenário do romance entre o Rei D. Pedro e Dona Inês), foi nomeada para o concurso

nacional pela Fundação Inês de Castro, entidade gestora dos Jardins da Quinta das Lágrimas e responsável pela sua conservação e promoção.

Com 150 anos, a Figueira portuguesa concore internacionalmente com o título 'The Lovers' Banyan Tree' e espera obter a simpatia e os votos do público na plataforma oficial do concurso contribuindo assim para a promoção do património arbóreo nacional.

O concurso 'Tree of the Year' teve origem em 2011 e pretende destacar árvores com histórias significativas e promover a consciencialização sobre o património natural e a importância da sua preservação.

O evento reúne anualmente as árvores mais emblemáticas de cada país participante, que este ano são: Bélgica, Chéquia, Croácia, Eslováquia, Espanha, França, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido e Ucrânia.

Saiba mais em: <https://www.treeoftheyear.org/vote>



LIPOR é finalista do Prémio Nacional de Agricultura 2024



O Prémio Nacional de Agricultura, é uma iniciativa promovida pelo BPI e pela Medialivre, com o patrocínio do Ministério da Agricultura e Pescas e o apoio da PwC, que tem por objetivo promover, incentivar e premiar os casos nacionais de sucesso do setor agrícola.

A cerimónia final da 13ª edição do Prémio Nacional de Agricultura 2024, teve lugar no passado dia 12, no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, e focou-se novamente nos dois pilares fundamentais para o sector - Sustentabilidade e Inovação.

A Lipor, aderente ao programa Portugal Sou Eu desde 2013, foi finalista na categoria Sustentabilidade, com o seu produto Nutrimais, o que representa um motivo de orgulho e reconhecimento para a empresa

para os municípios associados. Esta defende um modelo circular, caracterizado pela reintrodução dos resíduos como recursos na cadeia de valor, criando produtos circulares e sustentáveis, como é o caso do seu produto Nutrimais, um correctivo agrícola 100% natural, obtido através de compostagem industrial e de biorresíduos provenientes de uma recolha selectiva, com base em critérios rigorosos de qualidade e respeito pelo meio ambiente.

O Nutrimais, é por isso considerado um exemplo claro de como a sustentabilidade e agricultura podem aliar-se beneficemente, promovendo a saúde do solo e a eficiência dos processos agrícolas.

Além dos correctivos agrícolas, a gama de produtos Nutrimais possui também um vermicomposto e três formulações de substratos, o Universals, o Hortícolas e o Aromáticas.

Para além desta gama, a Lipor tem hoje em dia uma oferta de produtos muito mais extensa, de que fazem parte projectos como o ecoporto de parede Wallie, feito a partir do plástico de mesas e cadeiras de jardim em fim de vida e o AAGE32, um agregado artificial produzido a partir das escórias de incineração.